

CONSTITUCIONAL

AULÃO

SHOW DA VIRADA

2024
O ANO DA
aprovação



DIREITO CONSTITUCIONAL



1. ANO: 2023 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: [MPE-MS](#) CARGO: [ANALISTA - CONTABILIDADE](#)

Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a defesa da paz, a igualdade entre os Estados e a prevalência dos direitos humanos são

- A) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- B) direitos e garantias fundamentais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

C) fundamentos da República Federativa do Brasil.

D) Poderes do Estado Democrático de Direito.

E) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL



2. ANO: 2023 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: [MPE-MS](#) CARGO: [ANALISTA - CONTABILIDADE](#)

De acordo com o artigo 5º da Constituição Brasileira todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nesse sentido, com base na Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar que

- A) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

- B)** todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- C)** a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
- D)** é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- E)** o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

DIREITO CONSTITUCIONAL



3. ANO: 2023 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: [MPE-MS](#) CARGO: [ANALISTA - CONTABILIDADE](#)

Vincenzo Hernandez nasceu, em 1995 na cidade de Madrid/Espanha, quando seus pais, servidores públicos, estavam a serviço do governo federal brasileiro. Nos dias atuais, Vincenzo deseja se tornar oficial das Forças Armadas do Brasil. Nesse contexto, à luz das disposições constitucionais acerca da nacionalidade, é correto afirmar que

A) Vincenzo deverá residir na República Federativa do Brasil por cinco anos ininterruptos e requerer a nacionalidade brasileira para, posteriormente, se tornar oficial das Forças Armadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** Vincenzo não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas, pois trata-se de cargo privativo de brasileiro nato.
- C)** embora nascido no exterior, Vincenzo é considerado brasileiro nato, o que lhe torna apto para exercer o cargo almejado.
- D)** Vincenzo poderá se naturalizar brasileiro, contudo, mesmo assim, não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas.
- E)** o cargo de oficial das Forças Armadas pode ser exercido por brasileiros natos e naturalizados, logo, Vincenzo deverá requerer a nacionalidade brasileira para seguir carreira de oficial.

DIREITO CONSTITUCIONAL



4.ANO: 2022 **BANCA:** [INSTITUTO AOCP](#) **ÓRGÃO:** SEAD GO **CARGO:** ANALISTA DE GESTÃO

Considerando o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- A)** O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de sessenta anos.
- B)** Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Para os cargos de Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e Deputado Federal, a idade mínima para a elegibilidade é de trinta e um anos.

D) O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: se contar mais de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

E) Lei ordinária estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

DIREITO CONSTITUCIONAL



5.ANO: 2019 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: PC ES CARGO: INVESTIGADOR

De acordo com a Constituição Federal, compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre

- A) direito tributário.
- B) caça e pesca.
- C) previdência social.
- D) desapropriação.
- E) proteção à infância e à juventude.

DIREITO CONSTITUCIONAL



6. ANO: 2023 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: MP RR CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA

No âmbito da competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, é correto afirmar que

- A) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- B) a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** no âmbito da competência concorrente imprópria, a coexistência de leis de entes federativos diversos implica a prevalência daquela que tratar com maior grau de especificidade do bem jurídico tutelado.

- D)** no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas específicas, cabendo aos estados e ao Distrito Federal legislar setorialmente.

DIREITO CONSTITUCIONAL



7. ANO: 2019 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: PC ES CARGO: AUXILIAR DE PERÍCIA

A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- C)** Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.
- D)** Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- E)** Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

DIREITO CONSTITUCIONAL



8. ANO: 2019 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: PC ES CARGO: AUXILIAR DE PERÍCIA

Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa correta.

A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL



B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

- E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9. ANO: 2019 BANCA: [INSTITUTO AACP](#) ÓRGÃO: PC ES CARGO: AUXILIAR DE PERÍCIA

Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 37, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios éticos da

A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

B) formalidade, pessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- C)** autoridade, representatividade, organização, ética e sigilo.
- D)** legalidade, passividade, burocracia, assiduidade e publicidade.
- E)** permissividade, liberdade, justiça, impessoalidade e ética.

10. ANO: 2021 BANCA: [INSTITUTO AOCP](#) ÓRGÃO: PC PA CARGO: INVESTIGADOR

Em relação às disposições da Constituição Federal, acerca do poder executivo, assinale a alternativa correta.

- A) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** Nas eleições presidenciais, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até quinze dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- D)** Se, decorridos vinte dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- E)** A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

11. Assinale a alternativa correta acerca do que o texto constitucional disciplina sobre o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

- A)** O decreto que instituir o Estado de Defesa poderá restringir o direito de reunião, salvo se exercido no seio das associações.
- B)** O decreto que instituir o Estado de Defesa não poderá, em hipótese alguma, restringir os direitos ao sigilo de correspondência, comunicação telegráfica e telefônica.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a vinte dias, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem necessárias, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- D)** O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.
- E)** O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio, dentre outras hipóteses, no caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

DIREITO CONSTITUCIONAL



12. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Acerca da segurança pública, assinale a alternativa correta.

- A)** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- B)** Uma das atribuições da polícia ferroviária federal é realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- C)**As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, as forças auxiliares e a reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis, diretamente ao Presidente da República.
- D)**Uma das atribuições da polícia federal é exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- E)**Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a apurar infrações penais contra a ordem política e social.

DIREITO CONSTITUCIONAL



13. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

A)) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.

B)) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovabilidade, salvo por motivo de interesse público.

D) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.

E) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

14. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- A) Superior Tribunal Militar – STM.
- B) Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- C) Tribunal de Contas da União – TCU.
- D) Tribunal Superior Eleitoral – TSE.
- E) Tribunal Superior do Trabalho – TST

CONSTITUCIONAL

AULÃO

SHOW DA VIRADA

2024
O ANO DA
aprovação

